



IMPREVIDÊNCIA

Centrais tiveram atuação débil contra o fator previdenciário e o mal persiste

O Governo Lula caminha para o fim sem eliminar o fator previdenciário, transformando as aposentadorias em quase inatingíveis, além de provocar uma queda criminosa no valor recebido pelos aposentados.

As centrais sindicais, por sua vez, insistiram com a redução da jornada de trabalho para 40 horas, se dobrando a articulações políticas que atrasam a conquista e não se mobilizaram contra o grave prejuízo sofrido pelos aposentados e pelos trabalhadores em geral, que passam a conviver com o sonho da aposentadoria como um castigo.

Os sindicatos esperam ações mais concretas das centrais diante deste problema crônico que agride a nação inteira. **PÁGINA 6**

Trabalhadores nos consórcios têm nova Convenção

6,5%. Este foi o reajuste nos salários dos trabalhadores que trabalham em consórcios de veículos, em nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) assinada entre o Sindcon-MG e o Sinac. O piso salarial

(administrativo) passou em Belo Horizonte, Contagem e Betim para R\$ 600,00. Para o restante do Estado e área de vendas o piso é de R\$ 550,00. Confira os principais pontos da CCT que beneficia a categoria. **PÁGINA 3**

Dragão come mais pobres!

A inflação é muito mais severa com os pobres, que têm seus principais gastos com o custo cada vez mais salgado da alimentação.

Pesquisa do Dieese mostra o estrato da pobreza ainda trabalhando para comer! **Página 5**

Serra sai do ninho!



O PSDB cumpriu o que FHC determinou e Serra será o candidato dos tucanos à presidência da República. Serra, no entanto, diz que não aceita a comparação de «homem de FHC» contra a «Dilma de Lula» e afirma que «o Brasil pode mais». Seu jingle já foi lançado, «Serra é do bem», se antecipando a uma comparação entre o bem e o mal que vem por aí.

Presente no lançamento do tucano paulista à presidência, Aécio foi ovacionado como vice. Sua palavra até então continua prevalecendo, a de que sairá ao Senado por Minas. Se Serra esperou tanto, cozinhando sua candidatura em fogo brando, Aécio pode esperar as nuvens clarearem e escolher caminho menos espinhoso. EDITORIAL, página 2

Serra, Aécio e FHC, no lançamento do paulista à presidência

Plebiscito para a presidência!

Brasil será levado às urnas numa disputa entre o candidato de Lula e o candidato de FHC

Gerson Fernandes

Presidente do SINDCON-MG

Está dada a largada. Mesmo estando ainda distante da campanha oficial pelo período eleitoral regulamentado pelo TSE, a guerra entre os candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) já se alastrou como fogo pelos canais de TV, jornais, internet e no interior dos poderes da República.

Com o slogan inspirado no “eu posso” de Obama, Serra terminou o discurso agressivo de seu lançamento no último fim de semana com um “o Brasil pode mais”. Deixou um recado claro à adversária Dilma Rousseff, com termos mais apropriados para falar de guerrilheiros, conclamando o tucanato a enfrentar as “falanges do ódio”, sectarismo, intolerância e “culto à impunidade”.

Serra tenta se livrar da estratégia petista de fazer uma campanha comparativa dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o objetivo de se despregar da imagem de pupilo do ex-presidente tucano. Em seu discurso demarcou ser “deplorável que haja gente que, em nome da política, tente dividir o nosso Brasil. Não aceito o raciocínio do nós contra eles. Não cabe na vida de uma nação.”

Para se livrar das comparações, se antecipou em anunciar o tema do seu jingle - “Serra é do bem” -, certo que a campanha falará muito sobre o bem e o mal e quem seriam seus representantes. O candidato tucano saiu da toca dando a impressão de que tem todas as armas para uma guerra mortal contra um inimigo visceral. Diz em seu discurso que “quanto mais mentiras os adversários disserem sobre nós, mais verdades diremos sobre eles”. Por isto, seu discurso é recheado de termos como inadmissão da impunidade e de que é necessário o castigo contra a atitude criminosa. Isto fica claro neste trecho do discurso:

“Uma coisa que precisa acabar é a falsa oposição entre

construir escolas e construir presídios. Muitas vezes, essa é a conversa de quem não faz nem uma coisa nem outra. É verdade que nossos jovens necessitam de boas escolas e de bons empregos, mas se o indivíduo comete um crime ele deve ser punido. Existem propostas de impor penas mais duras aos criminosos. Não sou contra, mas talvez mais importante do que isso seja a garantia da punição. O problema principal no Brasil não são as penas supostamente leves. É a quase certeza da impunidade. Um país só tem mais chance de conseguir a paz quando existe a garantia de que a atitude criminosa não vai ficar sem castigo.”

Mesmo que haja outros candidatos, como Marina Silva ou Ciro Gomes, a tendência de polarização da campanha entre Dilma e Serra transformará esta eleição numa escolha plebiscitária. Não há como escapar da lembrança dos padrinhos de ambos: Lula e FHC. Ambos os presidentes, tanto o petista quanto o tucano definiram seus candidatos na marra. Nem Serra e nem Dilma passaram por uma discussão interna democrática. Foram impostos. Certamente outros nomes poderiam ter aparecido no PT, como Tarso Genro, Patrus Ananias, Mercadante, como no ninho tucano poderia estar sendo chocada a candidatura do ex-governador de Minas, Aécio Neves, ovacionado como “vice... vice... vice...” na festa de Serra candidato.

Tanto Dilma quanto Serra devem se preparar agora para outra guerra, a das pesquisas eleitorais, já marcadas por bate boca entre os executivos dos institutos DataFolha e Vox Populi, com declarações de manipulação de números. Dilma saiu do limbo com ínfimos percentuais para encostar no cangote de Serra, que estava disparado, em pesquisas que antes pareciam encomendadas para contrapor a disputa interna contra Aécio Neves. Certamente os números de vários institutos começaram a dar consistência na aferição da preferência do eleitoral. Nas próximas semanas, quaisquer novos números ou qualquer nova surpresa de pesquisas vão incendiar os ataques e a campanha estará acesa, para desmoralização completa das regras eleitorais e do próprio Tribunal Superior Eleitoral.

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - BH

Abril	Maio	Junho
25%	24%	19,23%

SINDCON-MG
CIDADANIA

Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios, Vendedores de Consórcios, Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidores de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais
Av. Itaú – Dom Bosco – BH/MG Cep: 30730-280 – Tel (31) 3464-8383 Fax (31) 3464-5678

Diretoria Executiva

Presidente

Gerson Fernandes

Diego Gonçalves

José Eustáquio

Daniel Reis

Manoel Borges

Andréia de Souza

Marcos Vinícius

Edição

José G. Ribeiro 2717 MG

Fotos Tomaz Cintra

CTP e Impressão

Gráfica e Editora Cedáblio

Distribuição Gratuita



e-mail: sindcon@sindconmg.com.br – Site: www.sindconmg.com.br

Convenção protege trabalhadores em consórcios

O Sindcon-MG e o Sinac (Sindicato Nacional dos Administradores de Consórcios) assinaram, no dia 24 de março, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), estabelecendo um reajuste salarial de 6,5% retroativos a 1º de março, data base da categoria. Ainda pela CCT, nenhum trabalhador por ser contratado em empresas localizadas em Belo Horizonte, Betim e Contagem com salário ou remuneração inferior a R\$ 600,00 para o setor administrativo. O administrativo no interior e vendas tiveram o piso reajustado para R\$ 550,00.

Um das preocupações da Convenção Coletiva é a de proteger o trabalho dos companheiros remunerados através de comissões, resguardando o piso salarial e estabelecendo condições que preservem os empregos. No mês de efetivação da venda, as empresas devem pagar 40% da comissão no mês correspondente, acompanhada do respectivo pagamento da primeira mensalidade; 15% nos meses subsequentes até a quinta mensalidade efetivamente paga.

Além do reajuste salarial com ganho real acima da inflação, a CCT que pode ser vista em sua íntegra no site do sindicato (www.sindconmg.com.br), estabelece outros direitos importantes, dos quais destacamos:

Salário Substituição - Enquanto perdurar a substituição que tenha caráter não eventual, o trabalhador substituto faz jus ao salário do substituído, sem considerar vantagens pessoais.

Creche - As empresas que tenham em

seus quadros 30 ou mais mulheres com mais de 16 anos de idade, propiciarão local ou manterão convênio com creches para guarda e assistência de seus filhos em período de amamentação, conforme art. 389 § 1, 7 e 20 da CLT.

Atestados Médicos - Para justificativa de faltas durante os primeiros 15 dias de afastamento de trabalho por motivo de doença, somente terão validade os atestados emitidos por médicos ou dentistas credenciados pelas empresas e/ou empresa conveniada, exceto para aquelas que não possuem serviço médico próprio ou contratado, ou não dêem atendimento médico ao trabalhador nas 24 horas do dia, hipóteses em que valerá o atestado médico do sindicato profissional.

Abono de Faltas para o Trabalhador Estudante - Serão abonadas as horas necessárias ao trabalhador estudante para prestação de exames, desde que em estabelecimento de ensino oficial, reconhecido ou autorizado, mediante pré-aviso ao empregador, com antecedência mínima de 48 horas, comprovando sua presença por atestado do estabelecimento de ensino.

Cheque sem Fundo - É vedado às empresas descontar nos salários de seus trabalhadores as importâncias correspondentes a cheque sem fundos recebidos de clientes, desde que o trabalhador tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento dos mesmos.

Cálculos Trabalhistas - Empregado Comissionista e Homologações - A média de comissões, para cálculo de férias, 13º salário, aviso prévio e verbas rescisórias dos trabalhadores comissionistas, puros ou mistos, terá como base os seis últimos meses.

Auxílio a Filho Excepcional - Aos trabalhadores que tenham filhos excepcionais será concedido mensal-



mente, um auxílio no valor correspondente a 50% do piso salarial da categoria, desde que a situação seja reconhecida pela Previdência Social, devendo o trabalhador comunicar formalmente a empresa no ato de sua admissão.

Estabilidade Provisória - Ao trabalhador que contar dez anos de serviços prestados à mesma empresa e que estiver 12 meses para completar período aquisitivo para aposentadoria integral, fica assegurado o emprego, até que este período se complete, exceto nos casos de justa causa ou por mútuo acordo entre o trabalho e o empregador, com assistência do respectivo sindicato profissional.

Aviso Prévio Especial - Ao trabalhador que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa, e concomitantemente, tenha mais de 45 anos de idade, fica assegurado o aviso prévio de 45 dias, no caso de rescisão sem justa causa.

Horas Extras - As horas extras serão pagas com adicional de 80% sobre salário hora normal, valendo o pactuado nesta cláusula para atender a exigência do art. 59 da CLT.

Folga no Carnaval - As partes ajustam que na segunda-feira de Carnaval, em 2011 não haverá expediente nas empresas e essa folga não poderá ser compensada, tomando-se benefício para os trabalhadores.

Ticket Refeição - As empresas fornecerão aos seus trabalhadores, ticket refeição no valor mínimo de R\$ 7,20 na forma estabelecida pelo PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, observada a obrigatoriedade de manutenção dos valores já praticados pelas empresas, se superiores ao valor mencionado, prevalecendo a partir de 1º de março de 2010.

Consórcio em alta amplia cotistas

O volume comercializado no sistema de consórcio de automóveis apresentou uma evolução de 38,7%, considerando a comparação dos meses janeiro/fevereiro de 2010 aos mesmos meses do ano passado. As cotas vendidas saltaram de 56 mil para 77,7 mil na comparação dos dois períodos. As informações foram veiculadas no site da Abac - Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios.

Inflação é maior para os pobres!

Balanco das negociações de salários em 2009

O Dieese divulgou em março o seu boletim de balanço das negociações coletivas de trabalho realizadas em todo o País no ano anterior. O Dieese pesquisou no ano passado acordos realizados por 692 categorias de trabalhadores. Cerca de 80% destes acordos, ou seja, 553 instrumentos coletivos firmados, conquistaram ganho real nos salários e cerca de outros 88 (cerca de 13%) asseguraram a reposição da inflação pelo INPC, medida pelo IBGE. A pesquisa da instituição comprova que os reajustes salariais foram pouco afetados pela crise econômica internacional deflagrada nos últimos meses de 2008.

Além de garantirem bons resultados nas negociações salariais, os sindicatos se destacaram em exigir e apoiar iniciativas governamentais de caráter anticíclico como fator importante para a rápida recuperação da economia nacional, em grande parte respaldada pelo crescimento do consumo interno. Mesmo com o PIB (Produto Interno Bruto) apresentando variação negativa de -0,2% - fruto do desaquecimento econômico do último trimestre de 2008 e dos primeiros meses de 2009 - a proporção de categorias com reajustes salariais no mínimo equivalentes ao INPC-IBGE atingiu 93%.

Para 2010, as estimativas atuais apontam para um ano de crescimento econômico robusto e expansão do nível de emprego. Se ao longo dos demais meses as expectativas favoráveis que os indicadores econômicos vêm revelando se confirmarem, é razoável supor um ano ainda mais positivo para a negociação coletiva de salários.

Pobre paga mais caro. Esta é a confirmação dos dados coletados pelo Dieese para explicar a inflação medida em março no município de São Paulo. Em março, a inflação para o conjunto das famílias foi de 0,47%, ou seja, percentual menor que a de fevereiro (0,59%), segundo o Índice do Custo de Vida - ICV - calculado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico.

A taxa do mês, no entanto, mostra as diferenças gritantes nos estratos sociais, registrando uma situação muito mais penosa para os pobres enfrentarem a evolução de preços de consumo essencial. As variações foram mais expressivas para as famílias de menor poder aquisitivo e menor à medida que o nível de rendimento cresce, ficando em 0,62%, para as famílias com nível intermediário de rendimento e de 0,32%, para as de maior poder aquisitivo. Os maiores aumentos foram registrados na alimentação (1,54%), saúde (1,25%) e habitação (0,46%), que em conjunto contribuíram com 0,70% no cálculo da taxa de março, enquanto o trans-

porte (-1,65%) colaborou negativamente com -0,27%.

Segundo o Dieese, as diferentes taxas por estrato social apuradas em março resultaram da maneira como os preços se comportaram no mês, associados à forma como as famílias pertencentes a cada estrato de renda distribuem seus gastos.

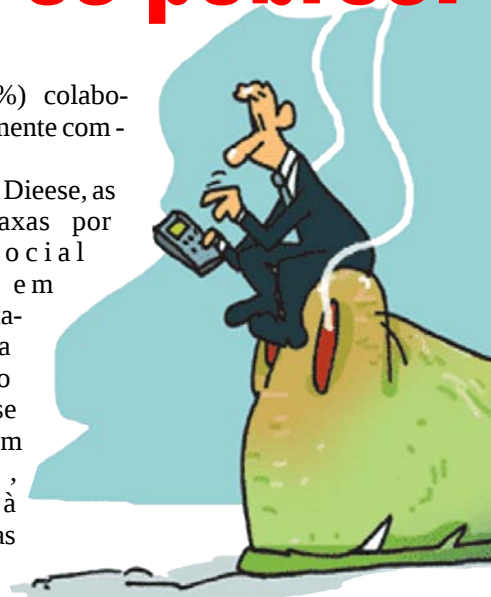
A composição dos gastos das famílias, segundo seu poder aquisitivo, revela formas de consumo muito distintas. No entanto, dos dez grupos de consumo que compõem o ICV (Índice de Custo de Vida), cinco deles respondem por entre 88% e 89% das despesas, em qualquer das faixas de renda levantadas pelo DIEESE. As famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com Alimentação (36,7%) e Habitação (25,2%), grupos que respondem, assim, por 61,9% de suas despesas. Já as famílias com maior nível de rendimento destinam 43,7% de seu orçamento

para Transporte (17,6%), Educação (10,4%) e Saúde (15,7%).

As famílias de menor renda revelam comportamento distinto, pois, apenas 26% de seus gastos são destinados a estes grupos, ou seja: 11,5% para o Transporte, 3,8% para Educação e 10,7%, para a Saúde. Variações de preços em grupos como Alimentação e Habitação, em princípio, afetam mais as famílias que ganham menos e alterações de valores nos gastos com Transporte, Educação e Saúde devem impactar mais àquelas com maior poder aquisitivo.

Nos últimos 12 meses, entre abril de 2009 e março de 2010, a inflação acumulada pelo o ICV (Dieese) apresentou alta de 5,79%. Entre janeiro e março deste ano, a inflação acumulada é de 2,81%, sendo maior para os estratos iniciais: primeiro (3,04%), segundo (3,10%) e ligeiramente menor para o terceiro (2,64%).

Nos primeiros três meses deste ano, os grupos com taxas superiores à inflação (2,81%) foram: educação e leitura (4,55%), alimentação (4,10%), transporte (3,74%) e saúde (3,02%).



BHZ PRODUÇÕES APRESENTA

ACIR ANTÃO

INTERPRETANDO LUPICINIO RODRIGUES

ACOMPANHADO POR SARAU BRASILEIRO
DIA 06 DE MAIO AS 21HORAS
TEATRO ALTEROSA
CONVIDADO ANTONIO BAHENSE

IBGE mostra produção consistente de veículos

O impulso dado com a política de IPI do governo federal mostra o impacto positivo na indústria automobilística. Desde novembro de 2009, a produção industrial do setor de veículos automotores cresce consistentemente no Brasil, de acordo com dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisados pela empresa de consultoria MB Associados, responsável pela elaboração dos gráficos a cima.

Os dois gráficos demonstram ainda o impacto da crise, com produção em queda, deixando clara a política acertada de cortar no IPI para recuperar o setor. Apesar da tendência de alta, o gráfico da esquerda



mostra que nos últimos 12 meses – tendo fevereiro como base – a produção industrial ainda foi negativa (-7,7%). No gráfico da direita, no entanto, fica evidente o crescimento constante desde o final de 2009. O pico de crescimento mostra uma variação de 130% no comparativo entre os meses de dezembro de 2009 e 2008.

Salário mínimo ainda está longe do necessário

Em sete anos do governo Lula, o salário mínimo (SM) reagiu espetacularmente, a ponto de sufocar os pisos salariais de várias categorias, obrigando acordos bem acima da inflação e chegando próximo aos valores recebidos da Previdência Social pelos trabalhadores aposentados.

Uma demonstração desta recuperação pode ser avaliada na relação entre o salário mínimo vigente e o salário

mínimo “necessário”, segundo cálculos do Dieese baseado na definição do SM pela própria Constituição Federal, em seu capítulo II, artigo 7º, inciso IV, ponderando o gasto familiar necessário.

Em março de 2002, o salário mínimo

era de R\$ 180,00, contra um SM “necessário” de R\$ 1.091,21, ou seja, valor 6,06 vezes superior. Agora em março de 2010, o salário mínimo de R\$ 510,00 fica 4,23 vezes menor do que o SM necessário calculado pelo Dieese, que deveria estar em R\$ 2.159,65.

Período	Salário Mínimo (SM)	SM necessário
Março 2010	R\$ 510,00	R\$ 2.159,65
Março 2002	R\$ 180,00	R\$ 1.091,21

Belo Horizonte Março de 2010						
Produtos	Quantidades	Gasto Mensal		Variação anual %	Tempo de Trabalho (1)	
		Março de 2009 R\$	Março de 2010 R\$		Março de 2009	Março de 2010
Carne	6 kg	67,20	68,04	1,25	31h48m	29h21m
Leite	7,5 l	13,95	14,03	0,57	6h36m	6h03m
Feijão	4,5 kg	14,13	10,85	-23,21	6h41m	4h41m
Arroz	3 kg	6,12	5,97	-2,45	2h54m	2h35m
Farinha	1,5 kg	3,24	2,94	-9,26	1h32m	1h16m
Batata	6 kg	10,56	17,04	61,36	5h00m	7h21m
Tomate	9 kg	18,90	29,61	56,67	8h57m	12h46m
Pão	6 kg	36,12	36,00	-0,33	17h05m	15h32m
Café	600 g	5,89	5,72	-2,89	2h47m	2h28m
Banana	7,5 dz	11,93	13,28	11,32	5h39m	5h44m
Acúcar	3 kg	3,84	5,61	46,09	1h49m	2h25m
Óleo	900 ml	2,57	2,34	-8,95	1h13m	1h01m
Manteiga	750 g	12,14	12,94	6,59	5h45m	5h35m
Total da Cesta		206,59	224,37	8,61	97h44m	96h47m

Quem ganha o mínimo trabalha quase 97h apenas para garantir a alimentação familiar

A cesta básica continua sendo o principal peso para os trabalhadores de salário mínimo. O trabalhador gastou em março/2010 R\$ 224,37 de um salário mínimo de R\$ 510,00 apenas para garantir a alimentação básica. No mesmo período do ano passado, este gasto ficava em R\$ 206,59, para um salário mínimo de R\$ 465,00. De um ano para outro, a evolução do salário mínimo fez com que o tempo de trabalho para quem ganha o mínimo caísse de 97h47 para 96h44 por mês.

Governo castiga trabalhadores com a aposentadoria

Presidente Lula cobra do Congresso fonte de recursos para despesa maior com aposentados

Reajuste salarial de aposentado, ou melhor, recuperar o valor real monetariamente continua sendo atitude amaldiçoada no governo federal. Na véspera de desocupar a presidência da República, Lula não moveu uma palha para corrigir o criminoso golpe dado nos trabalhadores por Fernando Henrique Cardoso, quando instituiu o Fator Previdenciário, instrumento que dificulta as aposentadorias e detona o valor a ser recebido por quem conseguiu conquistá-la.

Na iniciativa recente do Congresso Nacional para um aumento de 7,7% para as aposentadorias e pensões, Lula recorreu à ironia, dizendo “se tiver dinheiro, não há nenhum deputado ou senador que goste mais de aposentado do que eu”. Afirmou ainda que “não existe ninguém que defenda o trabalhador mais do que eu, mas, para pagar, eu preciso de recursos. Se eles aprovarem o porcentual, têm que mostrar de onde sai o recurso, e eu pagarei.” Lula defendeu o acordo delineado no final do ano passado com as centrais sindicais, que resultou no aumento de 6,14%

constante da MP enviada ao Congresso

Os sindicalistas continuam a guerra dentro do Congresso Nacional para tentar aproximar os reajustes das aposentadorias àqueles praticados para o salário mínimo. Apesar de logo no início de seu governo ter caracterizado os deficits da Previdência como falácia, que não havia déficit algum e sim metodologia equivocada de contabilidade, o presidente Lula resolveu bater de frente e impedir que as aposentadorias mantenham seu poder de compra e trazendo seus salários para defasagens que os levam para o nível de apenas um salário mínimo.

